

## **CONSERVAÇÃO E USO DA PALMEIRA-JUÇARA: APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

Coordenador: RUMI REGINA KUBO

Autor: KARIN LUISA LUTKEMEIER

A palmeira-juçara (*Euterpe edulis* Mart.), ou palmitreiro, a partir da década de 1950 foi usada para a produção de palmito (através do corte do meristema apical), através de um processo de exploração sem controle, que representou uma opção de renda para muitas famílias de agricultore/as extrativistas da região da Encosta Atlântica do Rio Grande do Sul, mas que levou esta espécie ao risco de extinção. Somente há alguns anos, é que se deu início à utilização dos frutos para a produção de polpa, similar ao açaí (*Euterpe oleracea*) produzido na Amazônia. Ressalta-se como aspectos da sustentabilidade do manejo da juçara para a produção da polpa do fruto, o fato da coleta ser realizada a partir do 8º ano, sendo possível a previsão de ciclos anuais. Ao contrário do manejo do palmito, cuja retirada implica na morte da planta, que leva de 5 a 8 anos para chegar a um estágio de corte. Outro fator relevante refere-se ao manejo dos frutos gerar dois produtos: a polpa para ser consumida como alimento e grande quantidade de sementes viáveis, a serem utilizadas nas estratégias de conservação da espécie. Os sistemas agroflorestais (SAF) são exemplos de desenvolvimento de novos arranjos produtivos apropriados ao contexto socioambiental da região, que estão de acordo com a conservação ambiental, a geração e melhoria das condições de trabalho e renda. O desenvolvimento dos SAF parte das condições do ambiente em que os agricultore/as se encontram, e de seus saberes e práticas, permitindo alcançar sistemas agrícolas, baseados na arquitetura das formações naturais. Desta forma, os SAF aparecem como alternativa para as áreas de encosta com restrições de uso do solo, proporcionam o aumento da diversidade de espécies e da resiliência do sistema; podendo contribuir para a autonomia e segurança alimentar, gerando renda e melhorando as condições de bem estar e de trabalho das famílias. Os SAF podem representar uma estratégia para a resolução dos conflitos socioambientais, onde a situação da palmeira-juçara aponta a necessidade de instrumentos legais de regulamentação do cultivo e manejo das espécies nativas da Mata Atlântica. A diversificação de banais através do enriquecimento com a palmeira-juçara, o manejo de áreas e implantação de novas áreas exigem licenciamento para a comercialização dos produtos da extração. Desta forma, o desenvolvimento dos processos de transição com o subsídio técnico e legal é facilitado através da extensão rural que acionam estes

mecanismos de licenciamento. Nesta perspectiva, o manejo dos frutos agrega outros valores não comuns na economia de mercado convencional, agregando itens como inclusão social, valorização étnica e cultural, reposição dos estoques de *E. edulis*, conservação, recomposição e conservação de florestas no bioma Mata Atlântica. Este trabalho insere-se no projeto que visa dar apoio às ações de assistência técnica e extensão rural para consolidação de experiências agroflorestais na região da Encosta Atlântica, executado pela ONG ANAMA em parceria com o DESMA/UFRGS, FEPAGRO e Prefeitura de Maquiné. Propõe-se a avançar na implantação do uso e manejo da juçara por agricultore/as da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, principalmente na perspectiva da utilização de áreas que são consideradas impróprias para cultivos anuais, como é o caso das áreas de encosta onde se encontram os estágios sucessionais médios e avançados. Tem como objetivos: i) realizar mapeamento de áreas com presença da juçara e de interesse dos agricultore/as locais; ii) determinar o potencial de produtividade e aptidão de áreas para o cultivo e manejo da palmeira-juçara; iii) proporcionar suporte técnico, para implantação e manejo da palmeira-juçara em sistemas agroflorestais visando o uso dos frutos; iv) produzir material informativo para divulgação de manejo e uso da palmeira-juçara. O trabalho foi desenvolvido no município de Maquiné, Terra de Areia e Itati, localizados na Encosta Atlântica do litoral norte do RS. Estes municípios estão inseridos na Mata Atlântica do RS, no seu limite austral. O primeiro momento de execução do projeto foi o mapeamento das áreas prioritárias, realizado através de visitas técnicas, em conversa com agricultore/as locais, de forma que nos indicavam sobre a presença da palmeira-juçara em suas propriedades. Nessas visitas, a conversa foi balizada a partir de um roteiro semi-estruturado a ser preenchido havendo registro fotográfico. A partir desse roteiro, fez-se a caracterização da Unidade de Produção Familiar, conforme itens relacionados abaixo. As áreas onde era significativa a presença de indivíduos da palmeira eram feitas visitadas acompanhados pelos proprietários. Nestas visitas pode-se avaliar o potencial de produtividade e aptidão de áreas para o cultivo e manejo da palmeira-juçara. No roteiro foram abordados: a) perfil da família: membros, tempo de moradia, número de filhos, atividades desenvolvidas, histórico de uso; b) caracterização da propriedade: tamanho da área, localização, orientação, histórico de cultivo; c) formação vegetal, presença de palmeira-juçara, caracterização da população, densidade, produtividade, acesso; d) indicação de outras áreas e outros proprietários possivelmente interessados. Nos encontros também havia orientações referentes ao licenciamento de áreas com palmeira-juçara já estabelecidas, sobre o potencial de uso na propriedade para a implantação de áreas com juçara e sistemas agroflorestais. Posteriormente à primeira etapa de visitas

técnicas e identificação de interesse, realizaram-se reuniões de grupo, nas localidades do município de Maquiné e Itati. Nestas, enfocou-se aspectos relacionados à: i) conservação da Mata Atlântica, contextualização e situação atual; ii) palmeira-juçara como espécie característica dessa formação, iii) extração do palmito e possibilidade de uso dos frutos; iv) demanda atual pela polpa de açaí (*E. oleracea*) no Brasil e no Estado; v) cadeia produtiva do açaí, possibilidades e dificuldades na produção; vi) regulamentação e comercialização da polpa da palmeira-juçara; vii) manejo e cultivo da palmeira-juçara: exigências ecológicas, rendimento, produtividade, bem como relato de experiências na comercialização e cultivo da palmeira-juçara, principalmente no estado de SC. No trabalho foram visitadas 53 famílias de agricultore/as de 15 localidades no município de Maquiné, e uma em Terra de Areia. Foram realizadas 7 Reuniões de Grupo em: linha Pinheiro, linha Encantada, linha Solidão, FEPAGRO Litoral Norte, linha Vacaria (município de Maquine); uma no município de Porto Alegre e uma no município de Itati. A divulgação e o fomento da atividade de manejo dos frutos da juçara como uma possibilidade de uso na propriedade e de geração de renda vêm proporcionando uma sensibilização gradativa sobre a vulnerabilidade da espécie perante o corte do palmito e de suas potencialidades sustentáveis. Como continuidade às ações as instituições ONG ANAMA e DESMA/UFRGS levaram a demanda de regulamentação de áreas piloto que viabilizem a avaliação da exploração dos frutos palmeira-juçara ao Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A temática está sendo discutida nas Câmaras Técnicas de Desenvolvimento Sustentável, de Conhecimento e Conservação. (Financiamento: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, CNPq, Prorext)